



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO  
ACRE  
PODER JUDICIÁRIO**

**RECIBO DO PROTOCOLO  
PETICIONAMENTO INTERMEDIARIA - PRIMEIRO GRAU**

**Dados Básicos**

Foro:	Rio Branco
Processo:	07043667320198010001
Classe do Processo:	Contestação
Data/Hora:	15/07/2019 13:39:44

**Partes**

Solicitante:	Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A
--------------	--

**Documentos**

Petição:	2619358_CONTESTACAO_0 1 - 1-11.pdf
Anexo - Petição:	2619358_CONTESTACAO_A nexo_01 - 1-27.pdf
Anexo - Petição:	2619358_CONTESTACAO_A nexo_01 - 28-34.pdf
Anexo - Petição:	2619358_CONTESTACAO_A nexo_02 - 1-9.pdf
Anexo - Petição:	2619358_CONTESTACAO_A nexo_02 - 10-18.pdf
Anexo - Petição:	2619358_CONTESTACAO_A nexo_02 - 19-20.pdf

Nota: Alguns dos documentos peticionados foram segmentados para manter o padrão de tamanho definido pelo Tribunal.



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO BRANCO/AC

Processo: 07043667320198010001

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **WHENESON DIAS GOMES**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

#### BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **07/05/2017**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **07/05/2017**.

Cumprе esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

A pretensão espositiva na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

### **PRELIMINARMENTE**

#### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnano desde já pelo recebimento da mesma.

#### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015<sup>2</sup>.

### **DO MÉRITO**

#### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup>[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>2</sup>[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

<sup>3</sup>“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. **LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.** 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.**” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

#### **DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA**

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, após a regulação do sinistro.

**BRADESCO**

#### **COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA**

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 237      AGÊNCIA: 2373-6      CONTA: 000000429200-6

---

DATA DA TRANSFERENCIA:	23/11/2017
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	7.087,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: WHENESON DIAS GOMES

BANCO: 237

AGÊNCIA: 02840-1

CONTA: 000000028075-5

---

Nr. Autenticação

BRADESCO2311201705000000000023702840000000028075708750 PAGO

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

*“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”*

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito deve ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

### **DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO**

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **07/05/2017**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais<sup>4</sup>.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ<sup>5</sup>.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

---

<sup>4</sup>RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

<sup>5</sup>**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 7.087,50 (SETE MIL E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

#### **DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios<sup>6</sup>, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

---

<sup>6</sup>“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. **Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.**”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

## DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>7</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>8</sup>.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

## DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

## CONCLUSÃO

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

---

<sup>7</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

<sup>8</sup>**art. 1º. (...)**

**§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.**

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono DIEGO PAULI, inscrito sob o nº 4550/AC, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RIO BRANCO, 8 de julho de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/AC 3988**

**DIEGO PAULI**  
**4550 - OAB/AC**

### **QUESITOS DA RÉ**

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

### TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés					
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar					
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					

## **SUBSTABELECIMENTO**

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/AC 3988, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **DIEGO PAULI**, inscrito na OAB/AC sob o nº 4550, bem como, **LEILANE CLÉA CAMPOS DO NASCIMENTO ERICSON** inscrita sob nº 4139/AC, **CINTIA VIANA CALAZANS SALIM** inscrita sob nº 3554/AC, **GIOVAL LUIZ DE FARIAS JÚNIOR**, inscrito sob o nº OAB/AC 4608 e **MAYRA KELLY NAVARRO VILLASANTE** inscrita sob nº 3996/AC, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **WHENESON DIAS GOMES**, em curso perante a **2ª VARA CÍVEL** da comarca de **RIO BRANCO**, nos autos do Processo nº 07043667320198010001.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/AC 3988

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

## **CARTA DE PREPOSTO**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresa seguradora com sede à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como PREPOSTOS(as) **Rafael Silva Nunes**, inscrita CPF sob nº 980.785.722-49, **Dauana de Freitas**, inscrita no CPF sob nº 555.216.222-65, **Thiago Maia Viana**, inscrito no CPF sob nº 015.840.422-41, **Gioval Luiz de Farias Júnior**, inscrito no CPF sob nº 947.976.092-49, **Tainan da Silva Mendes**, inscrita no CPF sob nº 017.895.762-37, **Evandro Damaceno Stolaric**, inscrito no CPF sob nº 713.190.342-68 e **Hugo Mendes Zerbini Leão** inscrito no CPF sob

991.696.902-78, podendo os mesmos responderem nesta qualidade a todos os termos do Processo n. **07043667320198010001**, que tramita **2ª** VARA CÍVEL da comarca de **RIO BRANCO/AC**.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 2019.

A handwritten signature in blue ink, consisting of several vertical, slightly wavy lines, possibly representing the letters 'W' or 'V'.

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S.A.

BRADESCO

# COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 237                      AGÊNCIA: 2373-6                      CONTA: 000000429200-6

DATA DA TRANSFERENCIA:

23/11/2017

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL:

7.087,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: WHENESON DIAS GOMES

BANCO: 237

AGÊNCIA: 02840-1

CONTA: 000000028075-5

Nr. Autenticação

BRADESCO2311201705000000000023702840000000028075708750 PAGO

# PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



## DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3170547295

**Cidade:** Rio Branco

**Natureza:** Invalidez Permanente

**Vítima:** WHENESON DIAS GOMES

**Data do acidente:** 07/05/2017

**Seguradora:** MBM SEGURADORA S/A

## PARECER

**Diagnóstico:** Fratura exposta de perna direita

**Descrição do exame médico pericial:** Cicatriz na face medial do terço proximal da perna direita de 12cm. Deformidade em valgo da perna direita e tornozelo direito. Limitação funcional do joelho e tornozelo direito

**Resultados terapêuticos:** A vítima foi submetida a tratamento cirúrgico em 2 etapas. Inicialmente fixação externa e depois fixação definitiva com haste intramedular. Não realizou complementação com tratamento fisioterápico. Evoluiu com consolidação das lesões e obteve alta médica em julho de 2017, sem indicação de qualquer tipo de terapia complementar.

**Sequelas permanentes:** Sequela anatômica causada pela cicatriz na face medial do terço proximal da perna direita de 12cm, aumento de volume do tornozelo direito e hipotrofia do quadriceps. Sequela funcional causada pela limitação funcional do joelho e tornozelo direito e redução da força muscular do membro inferior direito

**Sequelas:** Com sequela

**Data da perícia:** 19/11/2017

**Conduta mantida:**

**Observações:** O exame físico descrito demonstrou que após a consolidação das lesões ocorridas no trauma e o término do tratamento, há um quadro sequelar caracterizado por restrição dos movimentos habituais do membro inferior direito, portanto mantemos a conduta do médico examinador.

**Médico examinador:** Jose Luis Cabanillas

**CRM do médico:** 483

**UF do CRM do médico:** AC

## DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau intenso - 75 %	52,5%	R\$ 7.087,50
Total			52,5 %	R\$ 7.087,50

## PRESTADOR

TOLEDO ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA EPP

**Médico revisor:** LUCIA DE FÁTIMA CAHINO DA COSTA HIME

**CRM do médico:** 41076

**UF do CRM do médico:** SP

**Assinatura do médico:**

Rio de Janeiro, 25 de Novembro de 2017

Carta nº: 12006909

A/C: WHENESON DIAS GOMES

Nº Sinistro: 3170547295  
Vítima: WHENESON DIAS GOMES  
Data do Acidente: 07/05/2017  
Cobertura: INVALIDEZ  
Procurador: AURICELIO SILVA DE ASSIS

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: **WHENESON DIAS GOMES**

Valor: **R\$ 7.087,50**

Banco: **237**

Agência: **000002840-1**

Conta: **0000028075-5**

Tipo: **CONTA CORRENTE**

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	7.087,50

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros inferiores 70%

Graduação: Em grau intenso 75%

% Invalidez Permanente DPVAT: (75% de 70%) 52,50%

Valor a indenizar: 52,50% x 13.500,00 =	R\$	7.087,50
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br).

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**



**Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e  
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas de Seguro DPVAT**

---

**Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo**

**Nome do(a) Examinado(a):** WHENESON DIAS GOMES

**Endereço do(a) Examinado(a):** Rua Estácio de Sá, 358 - 358 - Rio Branco/AC  
- CEP 69911-590

**Identificação - Orgão Emissor/UF/Número :** 0321761 - SEJSC-AC

**Data e Local do Exame :** 19/11/2017 RUA ALVORADA, 54 - RIO  
BRANCO/AC

**Resultado da Avaliação Médica**

**I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)**

Diagnóstico: Fratura exposta de perna direita (segmentar)

Exame Físico: MID: cicatriz da lesão traumática 12 cm. na face medial do terço proximal da perna, deformidade em valgo da perna, aumento de volume da perna, tornozelo valgo e limitação funcional no joelho e tornozelo.

**a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação?** ☒ Sim ☐ Não

**b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em Boletim de Atendimento Médico?** ☒ Sim ☐ Não

**II. Descreva a evolução do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicações**

Evolução: edema de tornozelo e perna direitos, claudicação para a marcha, e limitação funcional do tornozelo e joelho direitos.

Tratamento: cirúrgico em duas oportunidades, inicialmente fixação externa e depois a fixação definitiva com Haste intramedular.

Alta: Julho de 2017.

**III. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)?** ☒ Sim ☐ Não

**Existindo sequela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatômicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.**

Anatomica: cicatrizes da lesão, cirúrgica na face medial da perna, aumento de volume de tornozelo e perna direita e hipotrofia do quadríceps.

Funcional: limitação funcional do tornozelo e joelho direito e redução da força muscular do membro.

**IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.**

**a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (\*).**

Vide motivo do impedimento no campo das observações

( ) “Vítima em tratamento” Esta avaliação médica deve ser repetida em \_\_\_\_\_ dias

( ) “Sem sequela permanente” (Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica)

( ) “Exame não permite conclusão”

**b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.**

Região Corporal

membro inferior direito

% do Dano ( ) 10% residual ( ) 25% leve  
( ) 50% médio ( X ) 75% intensa ( ) 100% completo

Região Corporal

% do Dano ( ) 10% residual ( ) 25% leve  
( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100% completo

Região Corporal

% do Dano ( ) 10% residual ( ) 25% leve  
( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100% completo

Região Corporal

% do Dano ( ) 10% residual ( ) 25% leve  
( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100% completo

**c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico – assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações (\*).**

**( ) Total = “100% da IS”**

**V. (\*) Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valoração do dano corporal.**



---

**JOSE LUIS SILVERIO CABANILLAS CRM : 483 / UF :AC**



10012

Documento de identidade

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

UNIDADE TUDO  
O TUDO TUDO TUDO  
968620804

PROIBIDO PLASTIFICAR  
968620804

**NOME**  
AURICELIO SILVA DE ASSIS

**RG**  
10548199 SSP AC

**CPF**  
959.610.032-72

**DATA NASCIMENTO**  
07/12/1988

**PLACAO**  
MANOEL CORREIRO DE  
ASSIS  
RAIR NUNISTO DA SILVA

**PERMISSAO**  
AC

**VALIDADE**  
25/11/2014

**EMISSAO**  
09/08/2007

**OBSERVAÇÕES**

**LOCAL**  
RIO BRASCO - AC

**DATA EMISSAO**  
27/11/2014

**SERVIÇO**  
Serviço de Segurança Pública  
Estado de Acre

**ASSINATURA DO DETENTOR**

**ASSINATURA DO EMISSOR**

**NUMERO DE IDENTIFICACAO**  
96200041232  
AC405862042

Investprev  
Seguros e Previdência S.A.

09 OUT. 2017

CNPJ: 17.479.056/0004-16

HOSPITAL DE URGÊNCIAS E EMERGENCIAS DE RIO BRANCO

FICHA DE INTERNAÇÃO  
IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Reg. Definitivo....: 84638  
 Numero do CNS.....: 706509366096690  
 Nome.....: WENESON DIAS GOMES  
 Documento.....: 0321761RC Tipo :  
 Data de Nascimento: 2/01/1980 Idade: 37 anos  
 Sexo.....: MASCULINO  
 Responsavel.....: FRANCISCO FERREIRA GOMES  
 Nome da Mãe.....: ELIZABETH DIAS GOMES  
 Endereço.....: TRAV 3 MENINAS Q 7 CASA 00064 VILA DE SAMU  
 Bairro.....: MONTANHEZ Cep.: 99999-999  
 Telefone.....: 000009999612122  
 Município.....: 1200401 - AC  
 Nacionalidade.....: BRASILEIRO  
 Naturalidade.....: ACRE

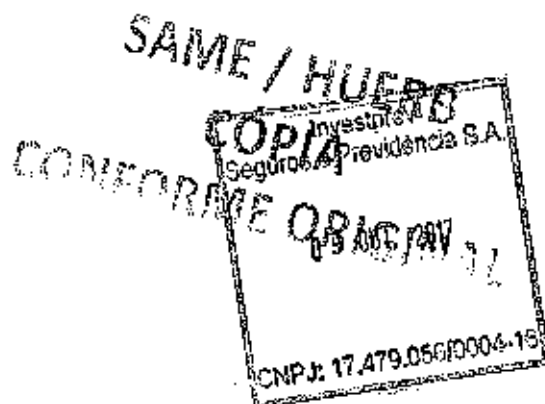
DADOS DA INTERNAÇÃO

Forma de Entrada...: 4 - EMERGENCIA No. de ER: 2450516  
 Clínica.....: 008 CLIN.MED.CIRURGICA BL "B"  
 Leito.....: 999.0032  
 Data da Internação: 07/05/2017  
 Hora da Internação: 22:30  
 Médico Solicitante: 509.704.452-53 - LUIZ GUILHERME RIBALDO OKIMURA  
 Proced. Solicitado: NAO INFORMADO  
 Diagnostico.....: NAO INFORMADO  
 Identif. Operador.: SERGIA

INFORMACOES DE SAIDA

Proc.Realizado:  
 Dt.Hr Saída:  
 Especialidade:  
 Tipo de Saída:  
 CID Principal:  
 CID Secundario:  
 Principal:  
 Secundario:  
 Outro:

121 710 017 753 -5





Governo do Estado do Acre  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Ministério da Saúde

Unidade:

ANEXO I

Ministério da Saúde		SUS Sistema Único de Saúde		LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR									
1 - IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE													
1.1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE RIO BRANCO - HUERR													
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXISTENTE													
2 - IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE													
2.1 - NOME DO PACIENTE Whanerson da Silva Gomes													
2.2 - DATA DE NASCIMENTO 02/01/1980													
2.3 - SEXO MASCULINO <input checked="" type="checkbox"/> FEMININO <input type="checkbox"/>													
2.4 - NOME DA MÃE Elizabeth R. Dias Gomes													
2.5 - NOME DO RESPONSÁVEL													
2.6 - ENDEREÇO (CASA, Nº, QUARTO) Rua. 3 de Maio, 67, Casa 04, Montanhas													
2.7 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA Rio Branco													
2.8 - COD. SIG. MUNICÍPIO AC													
2.9 - CEP 69000-000													
20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS E HISTÓRIA													
JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO Paciente vítima de acidente automobilístico com fratura exposta do fêmur direito e hematomas.													
21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO Cirurgia													
22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) Exame físico - sem alterações													
23 - DIAGNÓSTICO INICIAL Fratura exposta do fêmur direito													
24 - CID 10 PRINCIPAL S62.01													
25 - CID 10 SECUNDÁRIO													
26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
27 - DATA DE INÍCIO DO SINTOMA 02/01/2017													
28 - DATA DE TÉRMINO DO SINTOMA													
29 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
30 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
31 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
32 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
33 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
34 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
35 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
36 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
37 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
38 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
39 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
40 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
41 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
42 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
43 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
44 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
45 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
46 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
47 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
48 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
49 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
50 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
51 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
52 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
53 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
54 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
55 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
56 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
57 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
58 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
59 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
60 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
61 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
62 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
63 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
64 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
65 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
66 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
67 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
68 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
69 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
70 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
71 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
72 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
73 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
74 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
75 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
76 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
77 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
78 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
79 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
80 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
81 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
82 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
83 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
84 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
85 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
86 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
87 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
88 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
89 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
90 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
91 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
92 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
93 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
94 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
95 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
96 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
97 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
98 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
99 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													
100 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS													

SAME / HUERR  
CÓPIA  
CONFIRME ORIGINAL

15/01/2017

05 OUT. 2017

05 OUT. 2017

05 OUT. 2017

05 OUT. 2017

05 OUT. 2017

05 OUT. 2017

05 OUT. 2017

05 OUT. 2017

05 OUT. 2017

As 23:45 hs, conforme admissão no  
centro cirúrgico, acordado, tendo  
sempre, para procedimento cirú-  
rgico.

Maria José Monteiro  
Enfermeira  
COREN 17296

SAMI / HCLD

CÓPIA

CONFORME ORIGINAL



CG

84638

MS/DATASUS HOSPITAL DE URGENCIAS E EMERGENCIAS DE RIO BRANCO

No. DO BE: 2450516 DATA: 07/05/2017 HORA: 22:10 USUARIO: OLIVIA  
CNS: 706 509366 096890 SETOR: 04-EMERG. CIRURGICA E TRAUMA

## IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : WHENESON DIAS GOMES DOC.: 0321761RG  
 IDADE: 37 ANOS NASC: 02/01/1980 SEXO: MASCULINO  
 ENDEREÇO: TRAV 3 MENINAS Q 7 CASA NUMERO: 4  
 COMPLEMENTO: VEIO DE SAMU BAIRRO: MONTANHES  
 MUNICIPIO: RIO BRANCO UF: AC CEP: -  
 NOME PAI/MAE: FRANCISCO FERREIRA GOMES /ELIZABETH DIAS GOMES  
 RESPONSÁVEL: IRMA-IRIS DIAS TEL.: 999012122  
 PROCEDENCIA: CENTRO  
 ATENDIMENTO: ACIDENTE DE TRANSITO  
 CASO POLICIAL: SJM PLANO DE SAUDE: NAO TRAUMA: SIM  
 ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: SIM

PA: 150x90 mmHg] PULSO[ ] TEMP.[ ] PESO[ ] FC 94 ] SPO2 98%

EXAM. COMPL. [ ] RAO X [ ] SANGUE [ ] URINA [ ] TC [ ] LIQUOR [ ] ECG [ ] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [ ] SIM [ ] NAO

DADOS CLINICOS: *paciente queixando-se de dor no abdome e dor de cabeça*  
*acidente de transito. Apresenta ferimento no antebraço direito*  
*pele aberta*

OBS. ENFERMAGEM: CLASSIF. RISCO: [ VERDE ] [ AMARELO ] [ VERMELHO ] [ AZUL ]

ESCALA DA DOR: [ SEM DOR ] [ LEVE ] [ MODERADA ] [ INTENSA ]

DIAGNOSTICO: *trauma por queda*

CID:

*Rim e pele e*

HORARIO DA MEDICACAO

*ceres de 1 hora**de 1 hora**de 1 hora**de 1 hora**de 1 hora**de 1 hora**de 1 hora**de 1 hora**de 1 hora**de 1 hora**de 1 hora**de 1 hora**de 1 hora**de 1 hora**de 1 hora**de 1 hora**de 1 hora**de 1 hora**de 1 hora**de 1 hora*

HORARIO DA MEDICACAO

HORARIO DA MEDICACAO

HORARIO DA MEDICACAO

HORARIO DA MEDICACAO

HORARIO DA MEDICACAO

HORARIO DA MEDICACAO

HORARIO DA MEDICACAO

HORARIO DA MEDICACAO

HORARIO DA MEDICACAO

HORARIO DA MEDICACAO

HORARIO DA MEDICACAO

HORARIO DA MEDICACAO

HORARIO DA MEDICACAO

HORARIO DA MEDICACAO

HORARIO DA MEDICACAO

HORARIO DA MEDICACAO

HORARIO DA MEDICACAO

HORARIO DA MEDICACAO

HORARIO DA MEDICACAO

HORARIO DA MEDICACAO

HORARIO DA MEDICACAO

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [ ] ATE 48HS [ ] APOS 48HS

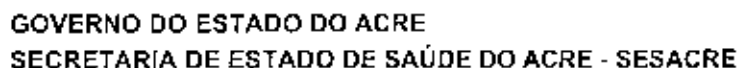
[ ] FAMILIA [ ] ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

22:10HS Admitido na sala de emergência com queixa de dor no antebraço direito e dor de cabeça. Suspeita de trauma por queda. Realizado A.U. e RAO X e posterior avaliação ortopédica.





22

**HUEB**  
Hospital de Ovario  
Hospital de F. Ovario

**WHENESON DIAS GOMES**

.37

CMGB - CLINICA MEDICA CIRURGICA - B

176

EVOLUÇÃO	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
DT: 07/05/2017 DT: 07/05/2017 FX SEGMENTAR DE TÍBIA E FIBULA DIREITA FIXADOR EXTERNO/DRENAGEM EM FOCO DA FRATURA	1. DIETA VO LIVRE 2. SF 0,9% 500ML IV 8/8/H 3. DIPIRONA 1GR EV DILUIDO 6/6/H 4. TRAMAL 100MG + 100ML SF 0.9% EV 8/8/H 5. PLASIL 13MG EV DILUIDO 8/8 6. OMEPRAZOL 40MG EV 1X/DIA OU OMEPRAZOL 20MG VO 7. CURATIVO 1X/DIA 8. MEMBRO ELEVADO INFERIOR DIREITA 9. CARTORRIL 25MG VO SE HASS 180G LUPAS 100mm 10. CUIDADOS GERAIS 11. CLEXANE 40 MG SC 1 X DIA 12. CEFALOTINA 1 GRAMA EV 6/6 HRS	10:16:22	7:00 - paciente eupneico, calmo, comunicativo, realizado limpeza corporal c/ auxílio da acompanhante. Feito curativo e observada presença secreção sanguinolenta sem odor. Feita dieta oferecida, sem queixos. T.E. Vânia Corrêa 437603 16:00 - Paciente eupneico, calmo, comunicativo, aceita dieta. Verificado P.A = 130x90 mmHg. Sem queixos. T.E. Vânia Corrêa 437603

SAVME / HUEBY  
CONFORNE CÔPIA  
CONFORNE ORIGINAL

Felipe Henrique de M. Dutra  
PRM Ortopedia e Traumatologia  
CRM/AC 1105

o 2.º do paciente com  
modo rápido e estável  
a partir de 100 mg. 2.º do  
paciente com modo rápido  
e estável a partir de 100 mg. 2.º do



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO ACRE - SESACRE

digitado e impresso em: 09/05/2017 às 11:08:21



REGISTRO PACIENTE IDADE CLÍNICA LEITO  
WHENESON DIAS GOMES 37 CMCB - CLÍNICA MÉDICA CIRÚRGICA - B 176

EVOLUÇÃO	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
DI: 07/05/2017	1. DIETA VO LIVRE SND		8h - Realiza do banho
DT: 07/05/2017	2. SF 0,9% 500ML IV 8/8/H 50/0 500		8h - Realiza do de as-
FX SEGMENTAR DE TIBIA E FIBULA DIREITA/ FRATURA EXPOSTA	3. DAPIRONA 1GR EV DILUIDO 6/6/H 10/16 22.04		14:30 - Troca de
FIXADOR EXTERNO/DRENAGEM EM FOCO DA FRATURA	4. TRAMAI 100MG + 100ML SF 0,9% EV 8/8/H S/N		Roupas de cama
	5. PLASIL 10MG EV DILUIDO 8/8 ? S/N		Func. f. presentes -
	6. OMEPRAZOL 40MG EV 1X/DIA DU 04		Quadro clínico es-
	OMEPRAZOL 20MG VO (SE NÃO TIVER EV)		tavel. PA: 100x60
	7. CURATIVO 1X/DIA		mmHg. Tec. Riso
	8. MEMBRO ELEVADO INFERIOR DIREITA		com 43T660 -
	9. CAPTOPRIL 25MG VO SE PAS > 180 OU PAD > 100mmHg.		8h. acirfa as dietas
	10. CUIDADOS GERAIS		func. f., presentes
	11. CI EXANE 40 MG SC 1 X DIA 16		Tec. Riso ki de
	12. CEFALOTINA 1 GRAMA EV 6/6 HRS 10/16 22.04		com 43T660 -
			04:30 de. PA = 120x90 mmHg.
			fai medicado com curita -
			no momento micção presente
			tec. Urasan 980 e raras.

Felipe Henrique de M. Dutra  
PRM Ortopedia e Traumatologia  
CRM 2175

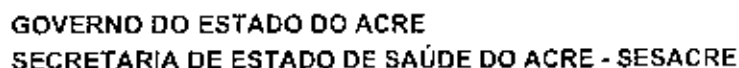
CONFORME ORIGINAL  
CÓPIA  
SAME / HUEB

718-982



REGISTRO	PACIENTE	IDADE	CLÍNICA	LEITO
	WHENESON DIAS GOMES	37	CMCB - CLINICA MEDICA CIRURGICA - B	176

EVOLUÇÃO	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
<p>DI: 07/05/2017</p> <p>DT: 07/05/2017</p> <p>FX SEGMENTAR DE TÍBIA E FIBULA DIREITA/ FRATURA EXPOSTA</p> <p>FIXADOR EXTERNO/DRENAGEM EM FOCO DA FRATURA</p>	<p>1. DIETA VO LIVRE <i>LND</i></p> <p>2. SF 0,9% 500ML IV 12/12/H <i>500 + 500</i></p> <p>3. DAPIRONA 1GR EV DILUÍDO 6/6/H <i>10. 16. 22. A</i></p> <p>4. TRAMAL 100MG + 100ML SF 0,9% EV 8/8H S/N <i>10. 16. 22. A</i></p> <p>5. PLASIL 10MG EV DILUÍDO 8/8 S/N <i>4</i></p> <p>6. OMEPRAZOL 40MG EV 1X/DIA <i>4</i> OU OMEPRAZOL 20MG VO <i>(SE NÃO TIVER EV)</i></p> <p>7. CURATIVO 1X/DIA <i>4</i></p> <p>8. MEMBRO ELEVADO INFERIOR DIREITA</p> <p>9. CARTOPRIL 25MG VO SE PAS 180 DU PAR 100mmHg</p> <p>10. CUIDADOS GERAIS</p> <p>11. CLEXANE 40 MG SC 1 X DIA <i>16</i></p> <p>12. CEFALOTINA 1 GRAMA EV 6/6 HRS <i>10. 16. 22. 4</i></p> <p><i>CONFORME ORIGINAL</i></p> <p><i>SAME / HUERB</i></p> <p><i>CÓPIA</i></p> <p><i>Felipe Henrique de M. Dutra</i> PEM Ortopedia e Traumatologia CRM 1166</p>		<p>09.30 HC. Conectado líquido, arcos a d. do afunilado, tomou banho de espreguiçado, realizou curativos, funções fisio- lógicas normais. Tm pluriflexo</p> <p>16.00hs HC Reduzido o membro superior direito, não reforço que se momentaneamente 01.20x80 mmHg. Tm pluriflexo</p> <p>01/05/17 as 14:00hs Pac internado após o substancioso em aviso no man- to clâmico. Em aviso a d. do A120x 70mmHg. Tm clâmico com 88/57/66</p>



**HUERTA**  
Hospitality Builders  
for the 21st Century

REGISTRO	PACIENTE	IDADE	CLINICA	LEITO
	WHENESON DIAS GOMES	37	CMCB - CLINICA MEDICA CIRURGICA - B	176

EVOLUÇÃO	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
DI: 07/05/2017 DT: 07/05/2017 FX SEGMENTAR DE TÍBIA E FIBULA DIREITA/ FRATURA EXPOSTA FIXADOR EXTERNO/DRENAGEM EM FOCO DA FRATURA	1. DIETA VO LIVRE 2. SF 0,9% 500ML IV 12/12H 3. DAPIRONA 1GR EV DILUÍDO 6/6H 4. TRAMAL 100MG + 100ML SF 0,9% EV 8/8H S/N 5. PLASIL 10MG EV DILUÍDO 8/8 S/N 6. OMEPRAZOL 40MG EV 1X/DIA OU OMEPRAZOL 20MG VO 1X/DIA 7. CURATIVO 1X/DIA 8. MEMBRO ELEVADO INFERIOR DIREITA 9. CAPTOPRIL 25MG VO SE EAS 180 OU PAD > 100mmHg 10. CUIDADOS GERAIS 11. CLEXANE 40 MG SC 1 X DIA 12. CEFALOTINA 1 GRAMA EV 6/6 HRS	10:16:28:4 10:16:28:4 10:16:28:4	7:00 às 18:00 hrs - cliente apático, apático, calmo, comunicativo, realizado banho de aspersão e auxílio da acomodação, trocado roupa privativa, pito curativo oculto, sem presença de secreção e odor, aceita dieta líquida F.F. normal, verificado PA = 120x70 mmHg Sem queixas. T.E. Vítima com 43 anos.

12/05/2017  
Realizado  
Ponto de  
Alameda de Souza Figueiredo  
Psicóloga  
CRP: 20106587 AC



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO ACRE - SESACRE

digitado e impresso em: 12/05/2017 às 11:34:57



REGISTRO	PACIENTE	IDADE	CLÍNICA	LEITO
	WHENESON DIAS GOMES	37	CMCB - CLÍNICA MÉDICA CIRÚRGICA - B	176

EVOLUÇÃO	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
DI: 07/05/2017  DT: 07/05/2017  FX SEGMENTAR DE TÍBIA E FIBULA DIREITA/ FRATURA EXPOSTA  FIXADOR EXTERNO/DRENAGEM EM FOCO DA FRATURA	1. DIETA VO LIVRE <i>SND</i> 2. SF 0,9% 500ML IV 12/12H <i>500 + 500</i> 3. DAPIRONA 1GR EV DILUIDO 6/6/H <i>10: 16: 22: 4</i> 4. TRAMAL 100MG + 100MI SF 0,9% EV 8/8H <i>S/N</i> 5. PLASIL 10MG EV DILUIDO 8/8 <i>(S/N)</i> 6. OMEPRAZOL 40MG EV 1X/DIA <i>4</i> OU OMEPRAZOL 20MG VO (SE NÃO TIVER EV) 7. CURATIVO 1X/DIA <i>9</i> 8. MEMBRO ELEVADO INFERIOR DIREITA 9. CAPTOPRIL 25MG VO SE PAS > 180 OU PAD > 100mmHg 10. CUIDADOS GERAIS 11. CLEXANE 40 MG SC 1 X DIA <i>16</i> 12. CEFALOTINA 1 GRAMA EV 6/6 HRS <i>10: 16: 22: 4</i>		<p>das 07:00hs as 19:00hs</p> <p>Paciente estável, com comunicação satisfatória, deambula com auxílio de familiares, não apresenta náuseas no período, acatou bem a dieta oferecida, funções fisiológicas presentes, tomou banho de chuveiro, trocou lençol de cama e roupa íntima.</p> <p>Rec. Enf. Pzenilda</p> <p>com 525382</p> <p>04:00 - Evolui afebril, supuroso, catado, comunicativo, dormiu bem durante período</p> <p>PA: 120x80 mmHg.</p> <p>sem queixas. T-G.</p> <p>Vânia Cecília 437603</p>

COPIA ORIGINAL

CAVITE / HUEB  
CÓPIA

*Felipe Henrique de M. Dutra*  
PELA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA  
CRM/AC 2336



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO ACRE - SESACRE

digitado e impresso em: 13/05/2017 às 10:04:55



REGISTRO	PACIENTE	IDADE	CLÍNICA	LEITO
	WHENESON DIAS GOMES	37	CMCB - CLINICA MEDICA CIRURGICA - B	176

EVOLUÇÃO	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
DI: 07/05/2017	1. DIETA VO LIVRE	500	Após 10:00h paciente em
DT: 07/05/2017	2. SF 0,9% 500ML IV 12/12/H	500	controle de sono, letargia
FX SEGMENTAR DE TÍBIA E FIBULA DIREITA/ FRATURA EXPOSTA	3. DÍPIRONA 1GR EV DILUIÇÃO 6/6/H	16/16 22 04	mo, eupneico, gástrico
FIXADOR EXTERNO/DRENAGEM EM FOCO DA FRATURA	4. TRAMAL 100MG + 100ML SF 0,9% EV 8/8H S/N		tomado banho de esponja
	5. PLASIL 10MG EV DILUIÇÃO 8/8 7 S/N		com auxílio de enfermeiro + oxigênio
	6. OMEPRAZOL 40MG EV 1X/DIA OU OMEPRAZOL 20MG VO (SF NÃO FIVER EV)	08	de 10:00h a 12:00h
	7. CURATIVO 1X/DIA	08	de 12:00h a 14:00h
	8. MEMBRO ELEVADO INFERIOR DIREITA		de 14:00h a 16:00h
	9. CAPTOPRIL 25MG VO SE PAS > 180 OU PAD > 100mmHg		de 16:00h a 18:00h
	10. CUIDADOS GERAIS		de 18:00h a 20:00h
	11. CLEXANE 40 MG SC 1 X DIA	16	de 20:00h a 22:00h
	12. CEFALOTINA 1 GRAMA EV 6/6 HRS	16 16 22 04	de 22:00h a 00:00h

CONFORME ORIENTAÇÃO  
SAMUEL RODRIGUES

Felipe Henrique de Souza  
PRM Ortopedia e Traumatologia  
CRM 100.000

Após 10:00h paciente em controle de sono, letargia mo, eupneico, gástrico tomado banho de esponja com auxílio de enfermeiro + oxigênio de 10:00h a 12:00h de 12:00h a 14:00h de 14:00h a 16:00h de 16:00h a 18:00h de 18:00h a 20:00h de 20:00h a 22:00h

Após 16:00h paciente segue sem letargia eupneico, gástrico, diurese C.P.M. não referida queda FF.F.P.A. 120x80 mm Hg 04:50 P.A. = 120x80 mmHg. Não realizado o referido exame no momento. Referido exame realizado em 17/05/2017.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO ACRE - SESACRE

digitado e impresso em: 14/05/2017 às 10:42:30



HUERB  
Hospital de Urgência e Emergência do Estado do Acre

REGISTRO	PACIENTE	IDADE	CLÍNICA	LEITO
	WHENESON DIAS GOMES	37	CMCB - CLÍNICA MEDICA CIRURGICA - B	176

EVOLUÇÃO	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
DI:07/05/2017	1. DIETA VO LIVRE	500	<p>10/5 paciente pela manhã foi realizado sucroalimento suco por no arrefecido do fixador para 10/5 paciente sem queixas além informou o mesmo para 10/5</p> <p>15/5 12:00h a 14:00h com queixas da na parte de dor PA 130x80mm Hg 100x60mm mmHg 100x60mm com 3/4 de 7/3</p>
DT:07/05/2017	2. SF 0,9% 500ML IV 12/12/H	500	
FX SEGMENTAR DE TÍBIA E FIBULA DIREITA FRAÇÃO EXPOSTA	3. DAPIRONA 1GR EV DILUÍDO 6/6/H	10 10 22 04	
	4. TRAMAL 100MG + 100ML SF 0,9% EV 8/8H S/N		
	5. PLASIL 10MG EV DILUÍDO 8/8 ? S/N		
	6. OMEPRAZOL 40MG EV 1X/DIA OU OMEPRAZOL 20MG VO (SE NÃO TIVER EV)	06	
	7. CURATIVO 1X/DIA	08	
	8. MEMBRO ELEVADO INFERIOR DIREITA		
	9. CAPTOPRIL 25MG VO SE PAS > 180 OU PAD > 100mmHg		
	10. CUIDADOS GERAIS		
	11. CLEXANE 40 MG SC 1 X DIA	10 10 22 04	
	12. CEFALÓTINA 1 GRAMA FV 6/6 HRS	10 10 22 04	
<p>CONFORME ORIGEM</p> <p>CÓPIA</p> <p>09 OUT. 2017</p> <p>Investidor</p> <p>Bequias e Previdência S.A</p> <p>CNPJ: 17.478.056/0004-10</p>			
<p>Felipe Henrique de M. Dutra</p> <p>PEM Ortopedia e Traumatologia</p> <p>CRM/AC 2106</p>			



REGISTRO	PACIENTE	IDADE	CLÍNICA	LEITO
	WHENESON DIAS GOMES	37	CMCB - CLINICA MEDICA CIRURGICA - B	176

EVOLUÇÃO	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
----------	------------	---------	-------------------------

<p>DI: 07/05/2017</p> <p>DT: 07/05/2017</p> <p>FX SEGMENTAR DE TÍBIA E FIBULA DIREITA/FRATURA EXPOSTA</p> <p>FIXADOR EXTERNO/DRENAGEM EM FOCO DA FRATURA (AGUARDA MELHORA DAS PARTES MOLES) (14/05/2017)</p> <p>SOLICITADO LABORATORIAIS (14/05/2017)</p>	<p>1. DIETA VO LIVRE <del>SND</del></p> <p>2. SF 0,9% 500ML IV 12/12/H - <del>500 + 500</del></p> <p>3. DAPIRONA 1GR EV DILUIDO 6/6/H - <del>30.16.22.4</del></p> <p>4. TRAMAL 100MG + 100ML SF 0,9% EV 8/8H <del>(S/N)</del></p> <p>5. PLASIL 10MG EV DILUIDO 8/8 <del>(S/N)</del></p> <p>6. OMEPRAZOL 40MG EV 1X/DIA - <del>4</del> OU OMEPRAZOL 20MG VO (SF NÃO TIVER EV)</p> <p>7. CURATIVO 1X/DIA <del>9</del></p> <p>8. MEMBRO ELEVADO INFERIOR DIREITA</p> <p>9. CAPTOPRIL 25MG VO SE PAS &gt; 180 OU PAD &gt; 100mmHg</p> <p>10. CUIDADOS GERAIS</p> <p>11. CLEXANE 40 MG SC 1 X DIA - <del>16</del></p> <p>12. CEFALOTINA 1 GRAMA EV 6/6 HRS - <del>30.16.22.4</del></p>	<p>Pac tomou banho de aspersão com auxílio + troca de roupa de cama 16:00hs, Pac não refere queixas, aceita alimentação, funções fisiológicas normais</p> <p>Te marig</p> <p>04:30 de PM = 120 x 70 mmHg</p> <p>4. ai medido o micas P -</p> <p>n referiu queixa no momento, t.c. - 17.80%;</p> <p>cor 718.982.</p> <p>17/05/2017</p> <p>Pct estável, consci- ente, cooperativo, afetado, não referir alge- ria, sem dor, apresenta bem a duto de drenagem funções fisiológicas estáveis.</p>
---	---	---

SAÚDE / HUERS  
CÓPIA  
CONFORME ORIGINAL

TRANSFERÊNCIA  
HOSPITAL DAS  
CLÍNICAS

Felipe Henrique de M. Dutra  
CRM Otorrinolaringologista  
CRM/AC 2105

7:30 Paciente transferido da  
linica Cirurgica B do Serv  
para hospital das Clinicas  
para continuacao do trata-  
mento. Ac. Exp. Chuma Bate

Gloria L. de A. Almeida  
Enfermeira  
CORENAC - SP 339

CONFIRMADO  
CÓPIA  
SERV. MUSEU



Governo do Estado do Acre  
Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE  
Hospital de Urgência e Emergência de Rio Branco - HU ERB  
CENTRO CIRURGICO

HORA DE CHEGADA 23:45 SALA 01 DATA: 07/05/17  
NOME DO PACIENTE Altherson Duan Gomes IDAD 37  
PROCEDÊNCIA: EMERGÊNCIA ( ) AMBULATORIO ( ) OUTROS ( )  
ANESTESIA: GERAL ( ) RAQUEANESTESIA (x) LOCAL ( ) OUTRAS ( )  
INÍCIO DA ANESTESIA: 00:30 TÉRMINO DA ANESTESIA: 01:30  
PROCEDIMENTO REALIZADO: fixador externo mt D  
INÍCIO DA CIRURGIA: 00:50 TÉRMINO DA CIRURGIA: 01:20  
CIRURSIÃO: Dr. Marcelly Dr. Daniel AUXILIARIES: Dr. marcondes  
ANESTESISTA: Dr. Bruno Dr. Waldeya INSTRUMENTADOR: Solenno  
CIRCULANTE: Andriua, Fatima ENF: Maria Gore

MATERIAL DE MEDICAÇÃO UTILIZADOS

MEDICAMENTO	MATERIAL	MATERIAL
BUPIVACAÍNA PESADA 05%	AGULHA ESC. Nº 1	FIO VICRYL
BUPIVACAÍNA SI VASO	ALCOOL 70% 300 ml	FIO ALGODÃO
BUPIVACAÍNA CI VASO	ALGODÃO ORTOPÉDICO	FIO PROLENTE
COLAGENASE	AGULHA TRAQUE 24 l	FORMOL
DORMINID	AGULHA PERIOVAL	FURADEIRA
DIPIRONA	ASPIRADOR	GASES 250 mm
DIAZEPAN	ATADURA GESSADA	GEL FOAN
DIUENTE	ATADURA DE CREPON	GORRO
DOPAMINA	ABOCATH Nº	INTRACATE Nº
EPINEFRINA	BISTURIA ELÉTRICO	KIT DRENÓ DE TORAX N
FENTANIL	BOLSA C. URINA	LUVAS CIRÚRGICAS 7,0
FUROSEMIDA	BOLSA C. COLOSTOMIA	LUVAS CIRÚRGICAS 7,5
HYDROCORTIZONA	BORRACHA PI ASPIRAÇÃO	LUVAS CIRÚRGICAS 8,0
CEFLIN	COLETOR UNIVERSAL	LUVAS CIRÚRGICAS 8,5
KE TALAR	CATETER NASAL T. OCULOS	LÂMINAS DE BISTURIA
LIDOCAÍNA	CERA ÓSSEA	LUVAS PI PROCEDIMEN
LIDOCAÍNA GEL	CHUMAC	MALHA TUBULAR
MANTOL	C. TRAQ. OSTOMIA Nº	MÁSCARA
METRONIZADOL	C. ENDOTRAQUEAL Nº	MULTIVA
MORFINA	COLAGENASE POMADA	PANO PI PACOTE ÓBITO
PAVALON	COMPRESSA CIRÚRGICA 20	POVIDONE DEGERMANT
PROPOFOL	DRENÓ DE PENROSE Nº	RODINE TINTURA
PLASIL	ELETRODOS	RODINE TÓPICO
PROSTIGMINE	EQUIPO F. SORO	SCALP Nº
SULFADIAZINA DE P.	ESCOVA PARA DECONTAM	SWAB
SORO FISIOLÓGICO 0.9%	ESPARADIAPO	SERINGA DE 1 ML
SORO GLICOSADO 5%	ESPARADIAPO MICROPOR	SERINGA DE 3 ML
SORO RINGER LACTADO	FAIXA DE SMARCH	SERINGA DE 5 ML
TIOPENTAL	FIXADOR EXTERNO	SERINGA DE 10 ML
TRAMAL	FRALDA	SERINGA DE 20 ML
TRIAMIL	FILTRO BACTERIOLOGICO	SONDA NASOGÁSTRIC
VOUVEN 6%	FITA CARGADA	SONDA PI ASPIRAÇÃO
	FIO DE KILSCHNER	SONDA RETAL
	FIO MONONYLON 30 l	SONDA URETRAL
	FIO SUTURACK	SONDA FOLLEY
	FIO CATGUT C.	TELA DE MAELEX
	FIO CATGUT S.	

COPIA ORIGINAL  
HU ERB  
17.479.056/0001-16

## SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO ACRE

Departamento de Assistência Médico - Hospitalar

UNIDADE: \_\_\_\_\_

RELATÓRIO  
DE  
CIRURGIANome do Paciente Wilverton dos SantosIdade: 38 Observação: \_\_\_\_\_Diagnóstico pré-operatório: Fratura momentânea do osso da  
perna direita

Cirurgia proposta: \_\_\_\_\_

Diagnóstico definitivo: o mesmoCirurgia realizada: hormi-peso cirúrgica + fixador  
externo + sondagem incruenta

Data

07/05/17

Cirurgião

Dr. Marcelo Pimenta

1º Auxiliar

Dr. André

2º Auxiliar

Dr. Monarale

Instrumentadora

Anestesista

Dr. Munro / Dr. Walidys

Anestesia

halothanetivã

Acidentes durante o ato cirúrgico

☐ Sim☒ Não

Descrição \_\_\_\_\_

Biopsia de congelação

☐ Sim☒ Não

Diagnóstico patológico: \_\_\_\_\_

SAME / HUERB  
CÓPIA

Encaminhamento do paciente imediatamente após o ato cirúrgico

☒ Enfermaria☐ CT☐ Residência☐ Óbito

CONFORME ORIGINAL

## DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

1) Paciente em DDA sob anestesia

2) Hormi-peso + extensor + colocação de campo lítico

3) Incisão em foco da lesão costal - continua na região  
ântero-medial da perna direita

4) Hormi-peso + hormi-peso + 80g 2%

5) Colocação dos fios de Schanz - contencimento do

# DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Pinoscher externo (35mm)

6) Sutura do pele + Cupula externa

SAME / HULND

CÓPIA

CONFORME ORIGINAL

Data

08/05/17

Assinatura do Cirurgião

Dr. Fernando A. Ferreira  
Ped. Ortopedia e Traumatologia  
CRM-SP 1933

CRM



Governo do Estado do Acre  
Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE  
Hospital de Urgência e Emergência de Rio Branco - HUERB

## FICHA DE ANESTESIA

Paciente: <b>WUENESON DASS GOMES</b>		Idade: <b>37</b>		Sexo: <b>M</b>		Cor:		Registro / BE: <b>2430516</b>	
Setor proc: <input type="checkbox"/> PSA <input type="checkbox"/> PSI <input type="checkbox"/> CCA <input type="checkbox"/> CC8 <input type="checkbox"/> CMA <input type="checkbox"/> CMB <input type="checkbox"/> CC <input type="checkbox"/> UTI									
Vitru	Peso	PA (mmHg)	P (bpm)	FR (irpm)	Tem (°C)	Sal O <sub>2</sub> (%)	Grupo Sangu:	Fator Rh	
Im	HL	Hb	Leuco	Glicose	Ureia	Creatinina	BT / BD / BI	TGO / TGP	
Diagnóstico Pré-Operatório:									
Ap. Resp: <input type="checkbox"/> Asma <input type="checkbox"/> Bronquite		MV:		ECG: <b>SINUS BR</b>		Apgrias: <b>NEGA</b>		Complacência:	
Ap. Digestivo/Dentes				Pescoço			Peças Dent.		
Ap. Urinário: <b>3 / 8000A</b>				Drogas em Uso:					
Estado Mental: <b>LOTG</b>				ASA: <input checked="" type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4			Risco		
Anestésias Anteriores:				Hora:			Efeito:		
Medicação Pré-anestésica:									
HORA: <b>00:30</b> <b>01:30</b>									
GASES	O <sub>2</sub>								
	NO <sub>2</sub>								
	HALOG								
Líquidos									
	250								
	300								
SÍMBOLOS V Pressão Arterial /  Pulso / Respiração X Anestesia /  Cirurgia	SpO <sub>2</sub>								
	240								
	220								
	200								
	180								
	160								
	140								
	120								
	100								
	80								
60									
40									
20									
DROGAS ADMINISTRADAS		Técnica:							
1º MORFINA 3.5MG + FENTANIL 50MG		RAQUIDIANESTESIA							
2º ZALOF: BUPRENORFINA 0.5MG		Cirurgia:							
3º 10MG ETIOFINA 60MG		PEXA 8MG PLAVIXA 75MG							
4º CEFALOSPORINA 2G		Cirurgião/Auxiliar:							
5º 10MG ETIOFINA 60MG		MARCELO, LUISA, MARCONDES							
6º 200MG 2G		OBS:							
		Anestesiologista (assinatura/CRM e carimbo)							

# HUERB PATOLOGIA CLINICA

AV. VACOSSE UNILAS, 700, - BOSQUE - RIO BRANCO - CEP.65908670 - Tel.: 221-1080  
 CGC - 04.034.526/0002-24

176

Paciente.: WERNESON DIAS GOMES (EME)  
 Requisicao: 17.PC.2.006623  
 Num. do BR: 02450516

Idade.: 37A  
 Requis.: 15/05/2017

US. Origem.: HUERB/PS  
 Solicitante: FELIPE HENRIQUE DE MEDEIROS DUTRA

Cons. Regional: 2106

Sotor.....: EMERG. CIRURGICA E TRAUMA  
 HEMOGRAMA COMPLETO

## ERITROGRAMA

Hemácias (mm <sup>3</sup> ou/mm <sup>3</sup> )....	4,33	mm <sup>3</sup>	VR: 4,5 a 6,0 milhões/mm <sup>3</sup>
Hemoglobina.....	13,00	g/dL	VR: 12,1 a 16,1 g/dL
Hematócrito.....	40,00	%	VR: 37 a 47 %
VCM.....	92,10	fL	VR: 84 a 101 fL
HCM.....	30,00	pg	VR: 27 a 34 pg
CHCM.....	32,70	g/dL	VR: 32 a 36 g/dL

## LEUCOGRAMA

Leucócitos Globais.....	12.000	/mm <sup>3</sup>	VR: 5.000 a 10.000 /mm <sup>3</sup>
Eosinófilos.....	0	%	VR: 0 a 6 %
Valor Absoluto.....	0	mm <sup>3</sup>	
Eosinófilos.....	0	%	VR: 2 a 4 %
Valor Absoluto.....	0	mm <sup>3</sup>	
Vitelo.....	0	%	VR: 0 %
Valor Absoluto.....	0	mm <sup>3</sup>	
Neutrófilos.....	0	%	VR: 0 a 1 %
Valor Absoluto.....	0	%	
Basófilos.....	2	%	VR: 0 a 2 %
Valor Absoluto.....	250	mm <sup>3</sup>	
Linfócitos.....	72	%	VR: 54 a 64 %
Valor Absoluto.....	9.000	mm <sup>3</sup>	
Linfócitos.....	20	%	VR: 20 a 35 %
Valor Absoluto.....	2.500	mm <sup>3</sup>	
Monócitos.....	0	%	VR: 4 a 8 %
Valor Absoluto.....	0	mm <sup>3</sup>	
Plaquetas.....	0	%	VR: 0 %
Valor Absoluto.....	0	mm <sup>3</sup>	
Observações.....			

OS VALORES DE REFERENCIA AQUI CITADOS  
 SÃO PARA PACIENTES ADULTOS.

Liberado por: ALEXANDRE JASPER DA SILVA-CRÉ RO/AC 41 15/05/17 às 19:06 Coleta: 15/05/17 às 12:15. Via Impressa: 15/05/17

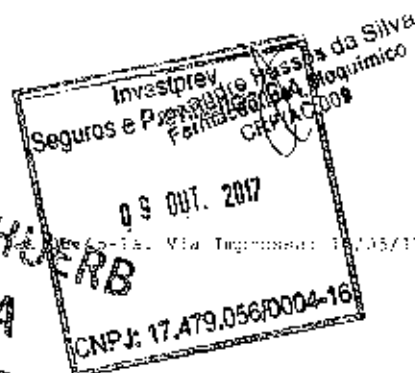
COAGULOGRAMA

SAME / HUERB  
 CÓPIA

Amostra: Sangue

Tempo de Sangramento.....	11:00 MIN
Tempo de Coagulação.....	01:00 MIN
Contagem de Plaquetas.....	281.000 /mm <sup>3</sup>

VR: 1 - 10 minutos
VR: 2 - 10 minutos
VR: 150 a 400.000 /mm <sup>3</sup>



Liberado por: ALEXANDRE JASPER DA SILVA-CRÉ RO/AC 41 15/05/17 às 09:08 Coleta: 15/05/17 às 05:45 Im. Via Impressa: 15/05/17



Governo do Estado do Acre  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

## HISTÓRIA CLÍNICA DO PACIENTE

Queixa Principal: dor na perna direita

História da Doença Atual: Paciente vítima de ac. automobilístico com dor na perna direita. Apresenta lesões cutâneas contusas na região antero-medial da perna direita.

História da Doença Anterior: \_\_\_\_\_

Exame Físico: dor e dificuldade para deambular.

Diagnóstico Provisório: Fratura exposta fragmentos dos ossos da perna direita.

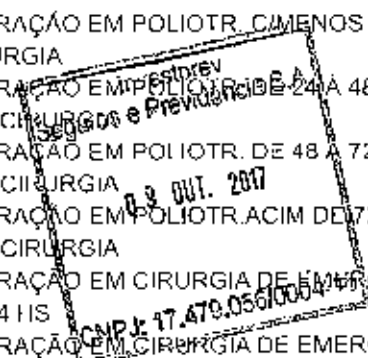
Diagnóstico Definitivo: \_\_\_\_\_

Motivo da Cobrança: 39 /

11-ALTA CURA  
12-ALTA MELHORADA  
13-ALTA INALTERADA  
14-ALTA PEDIDO  
15-ALTA INTERNADO P/ DIAGNÓSTICO  
16-ALTA ADMINISTRATIVA  
17-ALTA POR INDISCIPLINA  
18-ALTA POR EVASÃO  
19-ALTA P/ COMPL. EM REG. IME AMBULATORIAL  
21-PERMANÊNCIA POR CARACT. PROP. DA DOENÇA  
22-PERMANÊNCIA POR INTERCORRÊNCIA  
23-PERMANÊNCIA POR MOTIVO SOCIAL  
24-POR DOENÇA CRÔNICA  
25-PERMANÊNCIA POR IMPOS. DE CONV. SOC. FAMILIAR  
31-TRANSFERÊNCIA P/ FISIOTERAPIA  
32-TRANSFERÊNCIA P/ PSQUIATRIA  
33-TRANSFERÊNCIA P/ CLÍNICA MÉDICA  
34-TRANSFERÊNCIA P/ CLÍNICA CIRÚRGICA  
35-TRANSFERÊNCIA P/ CLÍNICA OBSTÉTRICA  
36-TRANSFERÊNCIA P/ BERÇÁRIO  
37-TRANSFERÊNCIA P/ CLÍNICA PEDIÁTRICA  
38-TRANSFERÊNCIA P/ ISOLAMENTO  
39-TRANSFERÊNCIA P/ OUTROS  
41-ÓBITO COM NECRÓPSIA ATÉ 24 HS. DA INTERNAÇÃO  
42-ÓBITO COM NECRÓPSIA ATÉ 48 HS. DA INTERNAÇÃO  
43-ÓBITO COM NECRÓPSIA APÓS 48 HS. DA INTERNAÇÃO  
44-ÓBITO DA PARTURIENTE C/ NECRÓPSIA C/ PERM. REC. NASC

51-ÓBITO S/NECROPSIA ATÉ 24 HS DA INTERN.  
52-ÓBITO S/NECROPSIA ATÉ 48 HS DA INTERN.  
53-ÓBITO S/NECROPSIA APÓS 48 HS DA INTERN.  
54-ÓBITO DA PARTURIENTE S/NECROPSIA C/PERMAN. DO RECÉM-NASCIDO  
61-ALTA P/ REOPERAÇÃO EM POLIOTR. COMENOS DE 24 HS DA PRIMEIRA CIRURGIA  
62-ALTA P/ REOPERAÇÃO EM POLIOTR. DE 24 A 48 HS APÓS A PRIMEIRA CIRURGIA  
63-ALTA P/ REOPERAÇÃO EM POLIOTR. DE 48 A 72 HS APÓS A PRIMEIRA CIRURGIA  
64-ALTA P/ REOPERAÇÃO EM POLIOTR. ACIM DE 72 HS APÓS A PRIMEIRA CIRURGIA  
65-ALTA P/ REOPERAÇÃO EM CIRURGIA DE EMERGÊNCIA COM MENOS DE 24 HS  
66-ALTA P/ REOPERAÇÃO EM CIRURGIA DE EMERGÊNCIA 24 HS A 48 HS APÓS A PRIMEIRA CIRURGIA  
67-ALTA P/ REOPERAÇÃO EM CIRURGIA DE EMERGÊNCIA 48 HS A 72 HS APÓS A PRIMEIRA CIRURGIA  
68-ALTA P/ REOPERAÇÃO EM CIRURGIA DE EMERGÊNCIA ACIMA DE 72 HS APÓS A PRIMEIRA CIRURGIA  
69-ALTA DA PARTURIENTE P/OPERAÇÃO C/PERMAN. DO RECÉM-NASCIDO  
71-ALTA DA PARTURIENTE C/PERMANÊNCIA C/RECÉM NASCIDO

SAME  
CÓPIA  
CONFORME ORIGINAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: **WILHEMSON DIAS GOMES**

CPF: 0321761 882 AC

DT: 667.692.052-20 02/01/1980

Nação: FRANCISCO FERREIRA GOMES ELIZABETE DIAS GOMES

Sexo: M AC: 882

Validade: 15/07/2003

VALIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS 736777984

RENHECE ATIV REMUNERADA,

WILHEMSON DIAS GOMES

Local: SAO FRANCISCO DO GUARAPU, RO

Data: 09/05/2013

12865684405

RO701490395

PROIBIDO PLASTIFICAR 736777984



Documento: 1012-01-01-001-001-001

Investores  
Seguros e Previdência S.A.

09 OUT. 2017

CNPJ: 17.479.056/0004-16




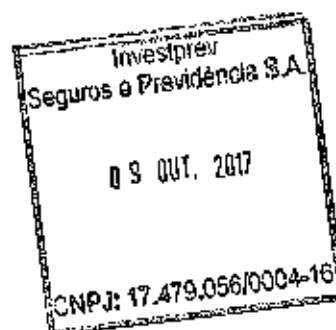
*(Ap. selado final)*

## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito que a ocorrência de nº 1705070121, de 07/05/2017, às 21:40 horas, registrada pelo SAMU como: **COLISÃO CARRO-X-MOTO**, com 01 vítima, refere-se ao paciente **WHENESON DIAS GOMES, 37 anos.**

Rio Branco, 05 de setembro de 2017.

  
Mônica Valéria N. de Lima Santiago  
Gerente Administrativa  
Decreto nº 111/2015



SAMU <b>192</b>		<b>FICHA DE REGULAÇÃO - SAMU 192</b>		Data Emissão: 05/09/2017 Hora emissão: 14:24 Operador:	
Nº da Ocorrência <b>1705070121</b>	Qtd. Vítimas <b>1</b>	DIHr Início: 07/05/2017 21:40 DIHr Término: 07/05/2017 22:43	Classificação de Risco: VERDE(BAIXO RISCO) Tipo Ocorr: CAUSAS EXTERNAS Motivo Ocorr: COLISÃO CARRO X MOTO		

**DADOS DA OCORRÊNCIA**

Nome Solicitante: GILMAR
End.: R. PERNAMBUCO 1233/9999
Bairro: BOSQUE
Cidade: RIO BRANCO
CEP:
Ponto de Referência: NA CRUZ DO CANAL

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

Tipo de Ligação: ATENDIMENTOS Telefone do Solicitante: (68) 999819245 Quesito: COLISÃO	Origem da Ligação: V.A.PÚBLICA
--	--------------------------------

**VÍTIMAS**

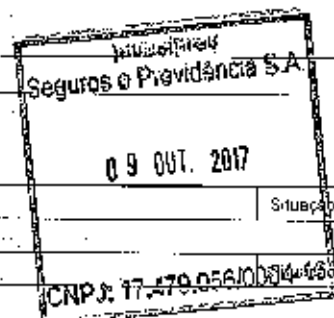
<b>Vítima 1</b>	Nome: WERMERSON DIAS GOMES	Idade: 22 ANO(S)	Sexo: MASCULINO
	Classificação:	CNS	Documento:
	Endereço:		

**AValiação NÃO ESTRUTURADA**

<b>Vítima 1</b>	Profissional: JOSE LUNA	Data/Hora: 07/05/2017 22:43
	Avaliação: PCTE COM FX EXPOSTA EM MIE. SINAIS VITAIS ESTÁVEIS E NORMAIS. CONDUZ DO SEM INT. E OCORRÊNCIAS AO HUERB	
<b>Vítima 1</b>	Profissional: GIOVANNI BALY CASSEB	Data/Hora: 07/05/2017 21:44
	Avaliação: solicitante informa vítima de colisão carro x moto ao solo com ferimento na perna	

**AValiação ESTRUTURADA****DECISÃO TÉCNICA**

<b>Vítima 1</b>	Profissional: JOSE LUNA	Data/Hora: 07/05/2017 22:43	Situação: F
	Decisão: ENCAMINHAR A UNIDADE DE EMERGÊNCIA		
	Profissional: JOSE LUNA	Data/Hora: 07/05/2017 22:43	Situação: F
	Destino: HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE RBO - HUERB		
	Profissional: JOSE LUNA	Data/Hora: 07/05/2017 22:43	Situação: F
Intercorrência:			
Observação:			



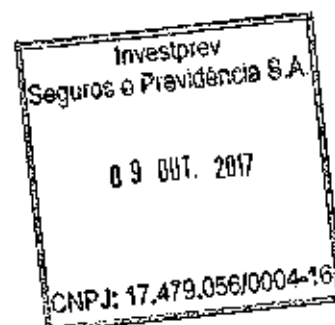
Vítima <b>1</b>	Profissional: JOSE LUNA	Data/Hora: 07/05/2017 22:43	Situação: F
	Decisão: ENMO DE VEÍCULO		
	Profissional: JOSE LUNA	Data/Hora: 07/05/2017 22:43	Situação: F
	Destino: LOCAL DA OCORRÊNCIA		
	Profissional: JOSE LUNA	Data/Hora: 07/05/2017 22:43	Situação: F
	Intercorrência:		
	Observação:		

**CONCLUSÃO****MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULO**

SEQ <b>1</b>	Veículo: USB 07 RBO	Data/Hora Envio Equipe: 07/05/2017 21:46
	Dt/Hr.: Saída Base: 07/05/2017 22:02	Dt/Hr.: Chegada Local: 07/05/2017 22:02
	Dt/Hr.: Saída Local: 07/05/2017 22:02	Dt/Hr.: Chegada Destino: 07/05/2017 22:02
	Dt/Hr.: Saída Destino: 07/05/2017 22:12	Dt/Hr.: Chegada Base: 07/05/2017 22:30

**MOVIMENTAÇÃO INTERNA DA OCORRÊNCIA**

Efetuado pelo Profissional	Data / Hora	Origem	Destino
THALITA DE LIMA RAMOS	07/05/2017 21:40		THALITA DE LIMA RAMOS
THALITA DE LIMA RAMOS	07/05/2017 21:41	THALITA DE LIMA RAMOS	GIOVANNI BADOY CASSEB
GIOVANNI BADOY CASSEB	07/05/2017 21:53	GIOVANNI BADOY CASSEB	EM FILA



15h - 039 25 - 117



**DETRAN**  
**ACRE**  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

GOVERNO DO  
**Povo do Acre**  
SERVIÇO DE TODO CORAÇÃO

# BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

082113

NÚMERO FOLHA

02 RUA, AVENIDA, CRUZAMENTO, RODOVIA, KM, TRECHO DA RODOVIA

R. Pernambuco

03 MUNICÍPIO

Rio Branco

04 UF

AC

05 PRÓXIMO CRUZAMENTO, PONTE, PASSAGEM DE NÍVEL, ETC...

Cruz. R. Via Parque

06 HORA DA OCORRÊNCIA

02.00

07 ZONA RURAL / URBANA

☒ URBANA

08 DATA

01/10/17

09 DIA DA SEMANA

Domingo

10 NATUREZA DO ACIDENTE

ATROPELAMENTO ☐ 1

COLISÃO ☒ 3

TOMBAMENTO OU CAPOTAGEM ☐ 5

CHOQUE COM OBJETO FIXO ☐ 7

OUTRA (ESPECIFICAR) ☐ 9

11 TIPO DE PAVIMENTO

ASFALTO ☒ 1

CONCRETO ☐ 3

PARALELEPÍEDO ☐ 5

CASCALHO ☐ 7

TERRA ☐ 8

AREIA ☐ 2

12 CONDIÇÕES DA VIA

SECA ☒ 1

MOLHADA ☐ 3

OLEOSA ☐ 5

ELAMEADA ☐ 7

DANIFICADA ☐ 9

OBRAS ☐ 2

13 CONDIÇÕES DO TEMPO

BOM ☒ 1

CHUVA ☐ 3

NEBLINA ☐ 5

GAROA ☐ 7

14 Nº DE VEÍCULOS

02

15 Nº DE VÍTIMAS

01

SEM VÍTIMAS ☐ COM VÍTIMAS ☒

16 NOME CONDUTOR

Wlhemerson Dias Gomes

17 SEXO

M ☒ 1 F ☐ 3

18 NASCIMENTO

01/12/13 18 10

19 ENDEREÇO

Trav. Frei Membras 106 - Montanha

90942-6163

20 1ª HABILITAÇÃO

1507/2003

21 CATEGORIA

AD

22 PRONTUÁRIO

02943337809

23 UF

RO

24 EX. MÉDICO EM DIA

SIM ☒ 1 NÃO ☐ 3

25 USAVA CINTO

SIM ☐ 1 NÃO ☐ 3

26 USAVA CAPACETE

SIM ☐ 1 NÃO ☐ 3

27 MARCA

Yamaha/Factor YBR 425 K

28 ESPÉCIE

Passeio

29 PLACA

NXR 3428

30 MUNICÍPIO

Rio Branco

31 UF

AC

32 NOME DO PROPRIETÁRIO

Meiress Arraújo da Rocha

33 ENDEREÇO

34 CHASSIS

906KE1520C0109557

35 COMPARECEU NO POSTO

SIM ☐ NÃO ☐

36 AVARIAS

Selo frontal

38 SENTIDO QUE TRAFEGAVA

Centro - Bairro

40 AÇÃO DO CONDUTOR

condutor ~~de~~ pelo SAMU

PONTOS

37 CARRO

39 MOTO

41 EXAME ALCOOLICO REALIZADO

SIM ☐ NÃO ☐

42 NOME CONDUTOR

Belmar Florêncio da Silva

43 ENDEREÇO

R. Altamira 100 - Barra Estação

44 1ª HABILITAÇÃO

27/02/1936

45 CATEGORIA

AB

46 PRONTUÁRIO

0703773735

47 UF

AC

48 EX. MÉDICO EM DIA

SIM ☒ 1 NÃO ☐ 3

49 USAVA CINTO

SIM ☐ 1 NÃO ☐ 3

50 USAVA CAPACETE

SIM ☐ 1 NÃO ☐ 3

51 MARCA

Nissan/Frontier

52 ESPÉCIE

Especial

53 PLACA

NXR 8450

54 MUNICÍPIO

Rio Branco

55 UF

AC

56 NOME DO PROPRIETÁRIO

condutor

57 ENDEREÇO

58 CHASSIS

94BDVUD40C8929544

59 COMPARECEU NO POSTO

SIM ☐ NÃO ☐

60 AVARIAS

Selo transverso esquerda

62 SENTIDO QUE TRAFEGAVA

Bairro - Centro

64 AÇÃO DO CONDUTOR

permaneceu no local

PONTOS

63 CARRO

65 MOTO

67 EXAME ALCOOLICO REALIZADO

SIM ☐ NÃO ☐

68 NOME

71 ENDEREÇO

75 NOME

78 ENDEREÇO

69 SEXO

M ☐ 1 F ☒ 3

70 NASCIMENTO

72 IDENTIDADE Nº

73 ÓRGÃO EMISSOR

74 UF

76 SEXO

M ☐ 1 F ☒ 3

77 NASCIMENTO

79 IDENTIDADE Nº

80 ÓRGÃO EMISSOR

81 UF

EM COM O ORIGINAL  
EM 04/10/17

Alessandra Souza da Silva  
Técnico Administrativo  
Coord. de Engenharia de Trânsito  
DETRANAC

VÍTIMAS	82 NOME <u>Wlhamerson Dias Gomes</u>	83 SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	84 NASCIMENTO <u>10/12/1980</u>
	85 ENDEREÇO	86 FERIMENTOS LEVES <input type="checkbox"/> GRAVES <input type="checkbox"/> FATAIS <input type="checkbox"/>	87 VIAJAVO NO VEÍCULO <input checked="" type="checkbox"/>
Nº 01	89 CONDIÇÃO DA VÍTIMA CONDUTOR <input checked="" type="checkbox"/> 1 PASSAG. <input type="checkbox"/> 3 PEDESTRE <input type="checkbox"/> 5	90 CONDUZIDA PARA <u>HUEBB</u>	
VÍTIMAS	91 NOME	92 SEXO M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	93 NASCIMENTO
	94 ENDEREÇO	95 FERIMENTOS LEVES <input type="checkbox"/> GRAVES <input type="checkbox"/> FATAIS <input type="checkbox"/>	96 VIAJAVO NO VEÍCULO <input type="checkbox"/>
Nº 02	98 CONDIÇÃO DA VÍTIMA CONDUTOR <input type="checkbox"/> 1 PASSAG. <input type="checkbox"/> 3 PEDESTRE <input type="checkbox"/> 5	99 CONDUZIDA PARA	
		97 USAVA CINTO SIM <input type="checkbox"/> 1 NÃO <input type="checkbox"/> 2	

# 100 DIAGRAMA-DO ACIDENTE

*Alexandre Souza da Silva*  
Técnico Administrativo  
Coord. de Engenharia de Trânsito  
DETRAN/AC

CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 05/10/17

# 101 OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Informa que o VO2 se mudou na manobra de conversão à esquerda para a R. Via Paranaeiro sobre o canteiro com o VO1. O SAM concluiu a vítima no HUEBB a Polícia Técnica compareceu ao local e adotou os procedimentos cabíveis. Houve acordo entre as partes onde o VO2 paga os danos causados ao VO1.

# ATESTO QUE AS INFORMAÇÕES ACIMA SÃO A EXPRESSÃO DA VERDADE

102 MOTORISTA <u>VO1</u>	103 MOTORISTA <u>VO2</u>	104 AGENTE AUTORIDADE DE TRÂNSITO <u>Lucas Machado BPTRAN</u>
105 NOME <u>Wlhamerson Dias Gomes</u>	106 NOME <u>Simar Flaviano da Silva</u>	107 NOME / RG <u>SD Lucas 9373437-2</u>
108 ASSINATURA <i>Wlhamerson</i>	109 ASSINATURA <i>Simar</i>	110 ASSINATURA <u>Lucas</u>
111 LOCAL <u>Rio Branco - AC</u>	112 DATA <u>10/10/17</u>	

**BRABESCO**

CONFROVANTE DE DEPOSITO EM CONTA CORRENTE  
TRANSFERENCEA PARA OUTRA AGENCIA

DATA: 04/08/2017

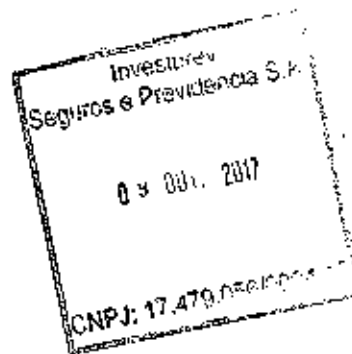
HORA: 10:41 H

FAVORECIDO: WHEMESON DIAS GOMES  
AGENCIA: 2840-1 CONTA: 0025075-5

DEPOSITANTE: O PROPRIO FAVORECIDO

AD.ACOLHEDORA:0427 N.SQU:00773 TFRM:100 AUT:723

VALOR EM DINHEIRO:



NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Time horizon

Sociedade anônima

## Boite à Embarcadere

Normal

### NO An Protocollo

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

**JUCERIA**

Último Arquivamento:  
00003131301 - 18/12/2017

NIRE: 33.3.0026479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Balance(s): 102595004

Hash: ECC52023-0730-4232-8033-7CC99430A904

Órgão	Calculado	Pago
JUNTA	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00

**REQUERIMIENTO**


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-5 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 2/13



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do  
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CPDE4B56AFAD5ECPBFFD5CF68740F233E496AFDA80E17B8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerjia.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 3/13



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pág. 4/13



**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

**Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.**

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
Roberto Barroso  
Presidente

  
Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
JOSE ISMAR ALVES TORRES

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04**

**LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**TERMO DE POSSE**

**HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECPBFFD5CF68740F233E496AFDAB0E1FB6

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 10/13





12/e

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**



4996507

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 1 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4995508

**ARTIGO 8º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo,  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de  $\frac{2}{3}$  (dois terços) das ações ordinárias.

#### **CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

**ARTIGO 9º** - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

Bernardo F. S. Barwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

12/4



4996509

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## **CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 3 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

13/4

convocada.



4996510

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou *e-mail* a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

13/4



4996511

- g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;
- h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;
- k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;
- m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;
- n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;
- o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;
- p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;
- q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;
- r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;
- s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;
- t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.
- u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e
- v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 5 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

15/11

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.



4996512

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19** - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 6 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

10/7

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.



4996513

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 7 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

## **CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL**

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10

  
Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

## **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

## **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020183575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

de março de 1967.

12/11



4996516

## XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10


Bernardo P. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435, **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731, **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

<b>17º Ofício de Notas</b> DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-9600	ADB2B690 088674
Reconheço por <b>AUTENTICIDADE</b> as firmas de: <b>HELIO BITTON RODRIGUES</b> e <b>JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES</b> (X00000524453)	Conf. por: Serventia T.J.FUNDOS	<b>CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ</b> <b>Paula Cristina A. D. Gaspar</b> Escrivente CTR 46062 série 06077 ME Aut. 20.5.3ª Lei 8.936/94
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018. Em testemunho da verdade.	Total	
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut. ECLP-54891 HDE, ECLP-54892 GRS Consulte em <a href="https://www3.tirijus.br/sitepublico">https://www3.tirijus.br/sitepublico</a>		

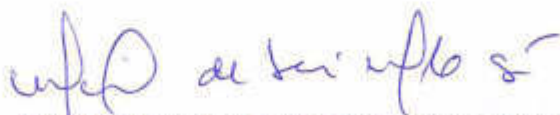
### SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador das Seguradoras: **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ASSURANT SEGURADORA S.A**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AXA CORPORATE SOLUTIONS SEGUROS S.A**; **AXA SEGUROS S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BMG SEGUROS S/A**; **BRABESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURIO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB SEGUROS BRASIL S/A**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **COMPREV SEGURADORA S/A**; **COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **GAZIN SEGUROS S.A.**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **MITSUMI SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **OMINT SEGUROS S/A**; **PAN SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **POTENCIAL SEGURADORA S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SOMPO SEGUROS S/A**; **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**; **SUHA SEGUROS S/A**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**; **VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **XL SEGUROS BRASIL S/A**; **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato



anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, **ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.



**MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**

**OAB/RJ 135.132**

